

# pão e cravos

jornal dxs jovens do bloco  
nº8 Janeiro/Fevereiro 2017



## Movimentos Transformadores

Mi Guerreiro e Vicente Paredes

Os CTT não chegam ao  
Ministério de Manuel Heitor  
Coordenadora Nacional de Jovens

A crise da  
Social-Democracia  
Ricardo Cabral Fernandes

A crise climática e as alter-  
nativas de que precisamos  
Samuel Cardoso

Combate à precariedade:  
Não desistimos de nada!  
Entrevista a José Soeiro

# ÍNDICE

**página 2** // Editorial

**página 3** // Os CTT não chegam ao  
Ministério de Manuel Heitor

**página 4** // Combate à precariedade:  
Não desistimos de nada!

**página 5** // A crise climática e as alternati-  
vas de que precisamos

**página 6** // Movimentos Transformadores

**página 9** // A crise da Social-Democracia

**página 10** // Agenda

**página 11** // Crítica: Um ciclo de utopias para  
nos fazer mover

## EDITORIAL

Há mais de cem anos, Antonio Gramsci escreveu sobre o ano novo: "(...) odeio a passagem do ano. Quero que cada manhã seja um ano novo para mim. A cada dia quero ajustar as contas comigo mesmo e renovar-me."

É importante frisar a ideia de que o último dia do calendário não tem em si nenhuma característica intrínseca de conclusão ou de reinvenção. No entanto, tal não nega a necessidade de momentos em que se analise o ano que passou e prepare o ano que vem, que permitam uma abrangência temporal maior do que se essa análise for feita a cada manhã, como sugere Gramsci. Este jornal procura fazê-la a cada nova edição.

Num ano que foi marcado pelo agravar do conflito na Síria, pela decisão do Reino Unido de abandonar a União Europeia e mais tarde pela inesperada vitória de Trump nas eleições presidenciais dos EUA, dois exemplos de uma ascensão de discursos populistas, nacionalistas e xenófobos por todo o mundo, dos quais são ainda exemplo a postura vergonhosa da Europa perante a crise de refugiados ou o golpe que colocou Temer no poder no Brasil, é de particular importância este reorganizar de ideias e preparação para as lutas que se aproximam. E é essencial lembrar também que 2016 foi o ano da maior greve de que há registo, que juntou mais de 150 milhões de pessoas na Índia, foi o ano em que o combate organizado aos tratados de livre comércio (como o TTIP), que pretendem precarizar ainda mais as vidas de quem vive do trabalho, se agudizou, foi o ano em que a marijuana foi legalizada em vários estados dos EUA e em que milhares de pessoas se uniram para defender a qualidade da água e o respeito pelos direitos dos povos indígenas combatendo o projeto de um gasoduto na Reserva Índia de Standing Rock.

Em Portugal, foi também o ano em que as esquerdas que apoiam o governo do PS continuaram a lutar por uma recuperação de rendimentos que, apesar de bloqueada por uma relação de forças

adversa, constitui um passo importante na direção oposta da viragem à direita a que temos vindo a assistir por toda a Europa. Este número do Pão e Cravos põe em revisão o primeiro ano de políticas de Manuel Heitor enquanto Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, lembrando que as propinas continuam a ser um entrave elitista à entrada de muitos e muitas estudantes no ensino superior, e traz também uma análise das derrotas eleitorais dos partidos socialistas da Europa, que o governo de António Costa pretendeu contornar, sem incorrer em mudanças programáticas profundas, com o acordo pós-eleitoral com BE, PCP e Os Verdes. É feita ainda uma crítica à lógica de crescimento infinito da produção e do consumo inerentes ao sistema capitalista, que causou uma crise ecológica e climática que põe cada vez mais em risco o futuro da espécie humana e dos outros animais.

Numa análise mais aprofundada, procuramos dar conta daquilo que foi e tem sido a luta do movimento trans em Portugal, pelo direito a que a identidade de género de cada pessoa seja reconhecida e protegida, contra uma legislação que patologiza e discrimina pessoas trans. Num mundo em que o senso comum tantas vezes nos diz que as lutas "prioritárias" são as do combate no plano económico, contra cortes salariais, precariedade e despedimentos, lembramos a urgência de estar também do lado de quem luta pelo direito a ver reconhecido e validado o seu género, de quem exige o poder de decidir sobre o seu corpo sem ter de se sujeitar a estigmas e a violências que são, demasiadas vezes, fatais. A luta pelo direito à igualdade quando a diferença nos inferioriza e pelo direito à diferença quando a igualdade nos descaracteriza, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, é fundamental para a sociedade que queremos, uma sociedade "sem classes, ecologicamente sustentável e radicalmente democrática, em que a solidariedade e o altruísmo sejam a garantia de que ninguém é deixadx para trás."<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Samuel Cardoso, no texto "A crise climática e as alternativas de que precisamos", página 5 deste número.

# OS CTT NÃO CHEGAM AO MINISTÉRIO DE MANUEL HEITOR

O primeiro ano de governação do executivo minoritário do Partido Socialista é assinalado justamente com a aprovação do segundo Orçamento do Estado (2017). O Bloco, tal como no anterior, teve um papel decisivo. Nas áreas do Ensino Superior, da Ciência e da tecnologia, isso não foi exceção.

Ainda antes da discussão do OE, em conjunto com o Governo e, mais tarde, em sede de especialidade, conseguimos aprovar um conjunto de medidas da maior importância. Entre elas o aumento do salário mínimo nacional, a eliminação da sobretaxa de IRS para mais de 90% dos contribuintes, o aumento do subsídio de alimentação na Administração Pública, o descongelamento das carreiras dos profissionais do setor empresarial do Estado, um conjunto de medidas e um acordo de princípio para combater a precariedade e os falsos recibos verdes (dentro e fora da administração pública), reforço do abono de família, apoio nas refeições escolares, congelamento das propinas, etc. De todas as propostas do Bloco aprovadas, há duas da maior importância: o aumento das pensões, que representa o maior investimento em pensões feito pelo Estado na última década e ainda o imposto sobre bens imóveis de luxo, que capta impostos dos mais ricos para financiar a segurança social.

Paradigmaticamente, a esmagadora maioria das propostas aprovadas pela maioria que sustenta o Governo surgiram no debate orçamental contra a vontade do Ministério tutelado por Manuel Heitor. São exemplo disso o congelamento do teto máximo de propinas para o 1º ciclo de estudos – travando o abuso do valor das propinas - a suficiência digital na entrega de teses – que garante que os estudantes deixam de ser obrigados a gastar centenas de euros na impressão de várias cópias das suas dissertações e, talvez a mais significativa para a classe docente, a questão das agregações.

Mas o maior combate ao abandono escolar no ensino superior passa necessariamente pelo fim das propinas. Entretanto, rever o regulamento de atribuição de bolsas para garantir uma maior abrangência é mais que justo – estas, aliás, continuarão a ser necessárias após o fim das propinas. Mas acabar com a política de propinas é um objetivo estratégico. E combater a suborçamentação do Ensino Superior é estruturante desse caminho. Este é um combate sem ilusões: o investimento público no

Ensino Superior é a chave do problema, e o Tratado Orçamental é o principal obstáculo a uma mudança real. Em nenhuma destas áreas, desde as propinas até à revisão do regulamento de bolsas de ação social, existe abertura por parte da tutela para discutir. A trapalhada na publicação dos resultados das candidaturas a bolsas da FCT que atrasou 3 meses, a vergonhosa proposta de trocar bolsas precárias por contratos precários na investigação, a suborçamentação – desde 2010 que este Ministério perdeu mais de 30% de investimento, a incapacidade de imaginar um Ensino Superior livre de propinas, a insistência no Modelo Fundacional como solução para todos os males afastam drasticamente a visão do Bloco e a do Ministro Manuel Heitor sobre a função do Estado na garantia de um Ensino Superior democrático e universal. O espírito do acordo assinado, há um ano atrás, entre o Partido Socialista e o Bloco, parece ainda não ter chegado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Parece que os CTT não chegam ao Ministério de Manuel Heitor.

*Coordenadora Nacional de Jovens Janeiro 2017*



Estudantes protestam contra a imposição de propinas nos anos 90.

# COMBATE À PRECARIIDADE: NÃO DESISTIMOS DE NADA!

*Entrevista de Catarina Alves a José Soeiro*

## **O que faz parte do acordo entre o Bloco e o PS no âmbito do combate à precariedade?**

Do acordo entre o Bloco e o PS faz parte um conjunto de compromissos que dizem diretamente respeito ao combate à precariedade. Para os concretizar, criou-se um grupo de trabalho. No essencial, eles falavam de um combate às várias formas de emprego precário (falsos recibos verdes, falsas bolsas, utilização abusiva de pretensas políticas ativas de emprego - os Contratos-Emprego Inserção) ou por via de alterações legislativas e do reforço da fiscalização (uma parte importante da precarização em Portugal fez-se transgredindo e contornando a lei, perante a inação do Estado e a impunidade garantida aos patrões). Além disso, falava-se da alteração do regime de contribuições dos trabalhadores independentes, que até hoje é um inferno que, além de desfasado do que as pessoas realmente ganham, não lhes garante proteção (por exemplo, na doença, no acompanhamento a filhos ou no desemprego).

## **O que é que já avançou?**

Houve algumas coisas que o Bloco conseguiu que já avançassem, muitas que estão acordadas mas que ainda não foram concretizadas e outras em que as visões são divergentes. No campo da fiscalização estão a ser contratados mais cerca de 100 inspetores de trabalho. Aprovou-se uma alteração à lei de combate à precariedade para proteger o trabalhador (do sector privado, que é o que é abrangido pelo Código de Trabalho e pela ACT) entre o momento em que faz a denúncia e o momento em que o tribunal toma a decisão sobre o seu contrato, impedindo o patrão de o dispensar. Alargou-se o âmbito deste mecanismo de reconhecimento dos contrato de trabalho não apenas aos falsos recibos verdes mas também a falsas bolsas, falsos estágios e trabalho não declarado. Aprovou-se os princípios gerais do novo regime de contribuições dos trabalhadores independentes, mas até hoje o Governo ainda não apresentou a proposta concreta sobre como vai funcionar. E aprovou-se a criação de um processo extraordinário de regularização dos precários do Estado – mas nem relatório nem o modelo de integração ainda estão cá fora.

## **Porque razão essas alterações demoram tanto tempo? O Relatório com o diagnóstico sobre a precariedade no Estado, por exemplo, ainda não foi divulgado?**

Este é uma das dificuldades e das batalhas que temos pela frente: garantir que estas vitórias são concretizadas e que existe força social para pôr muito mais coisas na agenda, como o saque que hoje representa o trabalho temporário. O combate à precariedade não pode ser apenas um discurso de circunstância ou um conjunto de palavras. É organização de precários, é luta no local de trabalho, são redes de solidariedade entre trabalhadores, é denúncia pública e disputa da relação de forças, é intervenção sindical e mobilizações concretas em cada lugar, é visibilidade de quem tem estado invisível, é exigência

de ação, é movimento social e é desobediência à chantagem dos patrões. Sem isto, por mais leis que existam (e temos de tê-las do nosso lado), é sempre a voz do mais forte que fala e que determina o que acontece. Um Bloco vaidosamente concentrado no Parlamento seria um Bloco deprimente e sem força.

Neste contexto, um dos processos mais importantes é o da integração dos precários do Estado. Não porque estes sejam mais ou menos que os trabalhadores do privado, mas porque o Estado tem de começar por dar o exemplo. O atraso do relatório, onde constará o diagnóstico da precariedade por cada sector da Administração Pública (escolas, hospitais, serviços sociais, organismos da cultura, da investigação, etc.), é preocupante. Já devia ter saído no final de outubro. Veremos se ele corresponde ao retrato que vamos fazendo a partir do contacto que temos com os próprios precários e serviços públicos. Mas é sobretudo importante garantir que ninguém fica de fora deste processo e que não se inventam regras feitas para negar a uma parte dos precários o contrato a que têm direito.

## **Quais são as principais divergências entre o Bloco e o PS neste tema?**

Conseguimos alguns compromissos importantes, que aliás não existiriam num outro contexto político e se não tivesse havido movimentos a pôr a questão na ordem do dia e a forçar as instituições a reagir. Mas há diferenças significativas entre o Bloco e o PS. Desde logo no modo como vemos o papel de um partido num combate deste tipo. O Bloco não pretende ser um mediador entre o Governo e os precários, procurando sensibilizar o primeiro e acalmar os segundos. O Bloco é um espaço de confluência de lutadores e ativistas laborais que querem transformar a realidade e afrontar os interesses dos patrões e obrigá-los a devolver o que ganham com a precariedade. Há diferenças, também, no modo como o próprio problema é visto. No PS, há quem entenda que a precariedade não deve ser combatida mas moderada, que no essencial haveria sobretudo que garantir o cumprimento da lei e que muitos dos aspetos de desequilíbrio incluídos na lei nos últimos anos não devem ser alterados. Um exemplo? O trabalho temporário. A lei é um convite ao abuso mais descarado. No passado, por exemplo, era proibido haver empresas de aluguer de pessoas a outras empresas. Contra esse negócio, criaram-se os centros de emprego público. O Bloco defende que essa intermediação das ETT só prejudica os trabalhadores: precarizou-se a sua condição, criou-se uma mina de ouro para as empresas de temporários e desarticularam-se as solidariedades dentro do coletivo de trabalho. No PS, a área que parece ser mais intocável é justamente esta, a do trabalho temporário. São conhecidas, aliás, as relações de intimidade entre alguns dirigentes do PS e as empresas de trabalho temporário, de que Vitalino Canas foi o Provedor. Isso não é novidade nenhuma. Na atual solução política, o PS não mudou de natureza, o que mudou foi a relação de forças e a capacidade da esquerda ter uma palavra sobre soluções. Por isso mesmo, como dizia o Miguel, pela nossa parte não pretendemos desistir de nada. Muito menos agora.

# A CRISE CLIMÁTICA E AS ALTERNATIVAS DE QUE PRECISAMOS

*Samuel Cardoso*

Existe, hoje em dia, um consenso sólido entre a comunidade científica de que a crise climática é um risco inegável e com potenciais impactos de destruição da vida de milhares de espécies, entre elas a humana, no nosso planeta, ainda que haja divergências na quantificação e previsão dos impactos. O sistema capitalista, dependente de lógicas de crescimento infinito, de acumulação e desigualdade, não só ajudou a causar esta crise como não detém os mecanismos necessários para a resolver. Em primeiro lugar, porque a lógica de acumulação em que assenta o capitalismo depende do crescimento contínuo da produção. O avanço tecnológico, que reduz o tempo de trabalho necessário para produzir um dado bem, acaba também por reduzir o tempo de trabalho que pode ser apropriado como lucro, pondo em causa a própria acumulação. Assim, se não houver outros fatores a influenciá-la, é preciso que a produção seja aumentada de forma suficiente para pelo menos compensar o desenvolvimento tecnológico criado.

Este projeto não pode deixar-se dominar por ideias conservadoras e saudosistas de um regresso a um passado idealizado (...), de defesa do isolamento privilegiando o fecho das comunidades em si mesmas e de recusa dos avanços tecnológicos.

Segundo, porque os setores mais poluentes (siderurgia, energia, etc.) são, na generalidade, monopólios de grandes grupos económicos, que usarão várias formas de controlo sobre o poder político (como a oferta de cargos em empresas a ex-governantes) para inviabilizar mudanças nas formas de produção de energia. Por último, porque a criação de mecanismos de incentivos dentro da lógica do capitalismo (caso das licenças de emissão de carbono) é orientada na lógica do custo-eficiência, embora o custo seja uma relação social e não um dado adquirido. Assim, esta lógica orienta para medidas não estruturais: promove, por exemplo, que se plantem mais árvores nos países ditos de terceiro mundo em vez de eliminar as centrais térmicas nos países ricos, impedindo a revolução energética. O forte crescimento do PIB nas últimas décadas foi acom-

panhado não só pela deterioração acelerada do ecossistema mas também por uma deterioração da coesão social: a classe dominante beneficia com o aumento das assimetrias na distribuição de rendimento (porque criam mão-de-obra barata), com o aumento da obsolescência programada (porque aumenta a produção, como por exemplo nos telemóveis), com a inexistência de pleno emprego na economia (havendo demasiados trabalhadores para poucos empregos, o que permite salários baixos). O capitalismo promove a ineficiência com atividades que não geram valor mas que são necessárias para a concorrência entre empresas, como é o caso da publicidade e dos sistemas de patentes, e o desperdício de recursos naturais e da força de trabalho em favor da elite que detém os meios de produção.

A ideia de que quanto mais consumirmos mais felizes seremos é-nos culturalmente imposta. É também do senso comum, inclusive dentro da própria sociedade capitalista, em que ela é maioritariamente aceite, que esta forma de consumo tem como consequência uma insatisfação permanente. As ciências sociais mostram que existem milhares de maneiras diferentes de viver a dádiva e a reciprocidade, lembrando que a vida coletiva não tem de estar confinada ao egoísmo da competição e do consumismo da sociedade capitalista.

O combate à destruição do planeta implica, assim, o combate anticapitalista. É necessária uma revolução nas formas de propriedade, produzir mais localmente (evitando o transporte de bens por longas distâncias), é necessária uma revolução energética e uma distribuição justa da produção. O projeto socialista tem de ser atualizado perante a constatação de que as fontes de energia e a sua utilização não são socialmente neutras.

Este projeto não pode deixar-se dominar por ideias conservadoras e saudosistas de um regresso a um passado idealizado onde o consumo excessivo não existia, de defesa do isolamento privilegiando o fecho das comunidades em si mesmas e de recusa dos avanços tecnológicos. Deve ser precisamente o oposto: aproveitar o enorme conhecimento humano para responder às necessidades dos seres vivos mediante uma relação não alienante com a natureza, num mundo em que ideias e culturas sejam partilhadas de forma horizontal. Uma sociedade sem classes, ecologicamente sustentável e radicalmente democrática, em que a solidariedade e o altruísmo sejam a garantia de que ninguém é deixado para trás.



Protesto contra a cimeira do clima em Paris (2015).

# MOVIMENTOS TRANSFORMADORES

*Mi Guerreiro e Vicente Paredes*

*"A memória incisa a polpa / com presas plásticas, / beija grisalhas. / É-as (não sejas)." Ar-jun in Estufa*

Seria despropositado tentar um retrato sobre qualquer movimento sem analisar as raízes que o fecundaram. De uma história que retorna para a luz desabafada dos dias, que se redescobre e progride. Fica um ponto a sublinhar, resumido das suas complexidades: a questão de género é um assunto que importa e afecta todas nós, invariavelmente, pelo que esperamos que este texto sirva de farnel & cra-

vo para a reflexão de Abris a chegar. Não obstante, a urgência dos oprimidos se verem livres das suas amarras dita a necessidade imperiosa de sermos nós a tomar o rumo das nossas vidas. Além da vossa consciência do privilégio, urge fortalecer a solidariedade e intersecção entre grupos oprimidos. Mais do que representatividade, exige-se o empoderamento com as ferramentas que aprenderemos a utilizar.

Marcha do orgulho 2015



## As lutas 'prioritárias'

*"Normalidade é um caminho pavimentado: é confortável para andar mas não crescem flores"* – Vincent Van Gogh

Reza a história que a Revolta de Stonewall, bar de Nova Iorque, foi o início do Movimento LGBT – designado na altura como Movimento Gay. Numa história que nos é reivindicada, Stonewall era um espaço para convívio de grupos marginalizados, pessoas de género e expressão de género não-conforme, maioritariamente emigrantes negras, latinas e de classe trabalhadora ou subproletariado. Tal como acontece ainda no contexto português, a polícia fazia rusgas frequentes ao bar de Stonewall. A 28 de Junho de 1969 ocorreu uma resposta a esta violência. Marsha P. Johnson, pertencente a múltiplos grupos sociais oprimidos, atirou o seu salto-alto contra o espelho retrovisor do carro policial. Várias pessoas de género não-conforme e provenientes de grupos oprimidos, frequentadoras do bar, uniram-se à rebelião e formaram um grande cordão de resistência à violência policial. As revoltas continuaram, iniciando as primeiras manifestações do movimento LGBT. Foi através delas formado o grupo S.T.A.R (Street Transvestites Action Revolu-

Longe de ser uma utopia, o nosso corpo é um lugar (...) Temos direito a escolher sobre ele e construí-lo de acordo com o nosso desejo. Meu corpo, minhas normas.

tionaries), com a participação combativa de Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera.

No contexto português, a luta pelos direitos LGBT iniciou-se nos anos 80 como Movimento, inspirado pela Revolta de Stonewall. Até esta década a homossexualidade e transexualidade eram consideradas crime e a homossexualidade deixou de ser considerada doença mental no final dos anos 90. Com poucas pessoas trans na composição do Movimento, as suas reivindicações centraram-se em grupos como a associação de transexuais @t, compostas por Jo Bernardo e Lara Crespo. Foi em 2006, com o assassinato de Gisberta, que as questões trans-específicas começaram a ter projecção nacional, em especial devido a esforços de pessoas trans pertencentes à associação @t e Panteras Rosa. Foi um enorme esforço de combate, como o é ainda o dia-a-dia para algumxs de nós, conseguir que os media se referissem a Gisberta (MTF) como mulher trans e respeitarem o seu pronome (ela) ou sequer a vissem enquanto ser humano. O termo trans surge, no con-

texto português, também nesta altura, para se referir a mais do que transexuais e não se confundir com a questão da orientação sexual. Em 2009 surge a campanha internacional Stop Patologização Trans, liderada por pessoas e ativistas trans de vários países europeus que lutam para que as identidades trans deixem de ser consideradas doença mental. A Campanha teve a adesão oficial, no contexto português, por 10 grupos e organizações, contando internacionalmente com cerca de 400 grupos e redes dos 5 continentes, entre eles a Tansgender Europe (TGEU). Simultaneamente, é criado o GTP (Grupo Transexual Portugal) que adopta uma posição marcadamente despatologizante. Em 2011, é criada a API (Associação Pela Identidade: Intervenção transexual e Intersexo) que se encontra inativa e que, posteriormente, foi refundada em 2015 como Ação pela Identidade..[2] A nova associação adopta uma posição despatologizante das identidades trans, em colaboração com a TGEU. Ambas as associações, exclusivamente de representação trans, redigiram um comunicado conjunto em 2016, no qual afirmam que a ILGA não tem legitimidade de falar em nome da comunidade trans e indicam o Governo como promotor da discriminação contra pessoas trans e sua patologização. Em 2013 e 2015, as Panteras Rosa lançam zines sobre as temáticas trans e o colectivo Lóbula lança eventos sobre a temática e o Dia da Memória Trans. Ao longo destes 10 anos, cada vez mais pessoas trans se encontram presentes no ativismo ou em contacto em redes nacionais e internacionais. Estas construções culminaram e estenderam-se para além do Bloco Trans a 20 de Junho de 2015, cuja posição pela despatologização das identidades trans se reite-rou, com as suas pluralidades organizativas, numa grande frente na Marcha do Orgulho de Lisboa. Enquanto o tema trans dava os seus primeiros passos, lutava-se legalmente pelo casamento e adopção plena, o que escoou muito dos esforços do Movimento. Quanto aos direitos trans, o Bloco de Esquerda propôs e criou a primeira Lei de Identidade de Género em 2012, num passo assumidamente pioneiro no contexto Europeu. O Bloco foi também forte nas suas convicções quanto à lei contra a discriminação no trabalho que foi estendida para abarcar casos de transfobia ou até à proposta de inclusão de "identidade de género" no Artigo 13º. Atualmente, o Bloco de Esquerda apresenta uma proposta de Lei de Identidade de Género pioneira que exclui a necessidade de aval médico (por Disforia de Género) para a alteração dos documentos de identificação e no sentido daquilo que defende o Movimento Trans em geral. Porém, resta muito a fazer.





1º bloco trans na marcha do orgulho 2015

### Cuidados de saúde trans específicos

Longe de ser uma utopia, o nosso corpo é um lugar, um pequeno fragmento espacial no qual nos corporizamos. Temos direito a escolher sobre ele e construí-lo de acordo com o nosso desejo. Meu corpo, minhas normas.

Temos direito também a cuidados de saúde trans específicos, devidamente compartilhados pelo SNS. Numa sociedade enlouquecida com a separação entre os géneros, a nossa saúde mental e física, resultado inalienável das suas múltiplas transfobias e obsessões, encontra-se em risco. Disto não advém de que a cura para o nosso evidente mal-estar esteja nas operações clínicas e hormonais a que nos submetemos. Todavia, ajuda efectivamente ao nosso bem-estar com o nosso corpo, visto que evidentemente continuamos a viver, humanamente, nesta sociedade sexista, binarista e transfóbica até que um dia a consigamos transformar. Desejamos fazer cirurgias, as que quisermos, e responsabilizamos o Estado pelos cuidados que nos tem de prestar, por si financeiramente garantidos, enquanto produtos de uma reprodução de género assumida desde criança. Em jeito de conclusão, paralelamente, continuamos a lutar para a construção de um mundo melhor

que, com amizades e intimidades várias, nos faz viver mais felizes. Até lá, exigimos nada mais, nada menos do que aquilo a que temos direito: a escolha livre sobre os nossos próprios corpos, sem que disso dependa necessariamente aval médico; a coerência entre o nome (e pronome) que nos permita viver na escolha que nos faça mais sentido; e até cartões de identificação que não nos forcem a adoptar género que nos é, invariavelmente, já imposto. Sobre o nosso próprio corpo, avaliamos nós.

<sup>1</sup><http://www.stp2012.info/old/pt>

<sup>2</sup><https://apidentidade.wordpress.com/>

<sup>3</sup><http://dezanove.pt/associacoes-trans-acusam-ilga-e-governo-916039#cutid1>

<sup>4</sup>Acessíveis no blog das mesmas por TRANSZINE.

<sup>5</sup>Bloco na Marcha do Orgulho LGBT de Lisboa encabeçado por pessoas trans, visíveis e resistentes, cuja reivindicação era marcadamente despatologizante.

**Nota: Este texto foi construído com plural no feminino, quando fez sentido, sendo que disso espera-se que advenha uma maior inclusão e uma reversão do plural no masculino. Alternativamente utilizou-se a partícula "x" para fins de inclusão e reversão do plural no masculino.**



# A CRISE DA “SOCIAL-DEMOCRACIA”

Ricardo Cabral Fernandes

A crise dos partidos “sociais-democratas” europeus é tão profunda que um novo termo entrou no senso comum político após o colapso eleitoral do PASOK em 2012 – a “pasokização”. O fenómeno não é inteiramente novo. Nas décadas de 70 e 80, o PCF e o PCI alienaram as suas bases sociais de apoio com a viragem eurocomunista e respetivas alianças governamentais, colocando as esquerdas italiana e francesa numa situação de fragmentação e marginalidade, que ainda hoje as caracteriza. O cunho de novidade advém do atual contexto político, com a crise económico-financeira, a rigidez da política económica europeia e a imposição da austeridade pelas burguesias nacionais e instituições europeias. Podemos definir a “pasokização” como o colapso eleitoral de um partido que, na perceção do eleitorado, se colocava no centro-esquerda, em consequência das medidas de austeridade e de reformas estruturais neoliberais, alienando a sua base social de apoio.

Na base deste colapso, podem referir-se algumas causas gerais. Em primeiro lugar, a crise programática, com a ascensão do neoliberalismo e a adesão à chamada “terceira via” de Tony Blair, que materializou a adesão dos partidos afetos à Internacional “Socialista” (IS) aos ideais neoliberais. Em segundo, a transformação organizativa destes partidos de partidos de massas para partidos catch-all, que acentuou a burocratização e levou a um crescente abandono da sua ideologia, com o objetivo de alargar as suas bases eleitorais. Ao mesmo tempo, assistiu-se também ao aumento da personalização da política. Com estas transformações organizativas, os seus enraizamentos sociais fragilizaram-se, ao mesmo tempo que se afastaram crescentemente da sociedade para se integrarem no Estado. Terceiro, a construção do projeto europeu, que ganhou claros contornos neoliberais, espelhados tanto nos moldes da União Económica e Monetária como nos critérios de convergência entre as economias europeias (nomeadamente nos máximos de 60% para a dívida soberana e de 3% para o défice orçamental conjuntural), que impossibilitaram a realização de políticas de investimento público. Esta situação originou a rigidez da política económica europeia, que se intensificou com a crise, com a austeridade e reformas estruturais.

No contexto de crise destes partidos, a aproximação ou formação de coligações com partidos à sua direita acelera o colapso ao diminuir as diferenças entre

si, como foi o caso do PASOK na Grécia. No entanto, a aproximação a partidos à esquerda pode atrasá-la, tal como está a acontecer em Portugal. Este novo contexto político iniciou um novo debate no seio da IS sobre quais as alianças táticas que se devem firmar no futuro, descurando a crise programática. Se o primeiro caso originou um colapso, o segundo é apresentado como a solução não apenas no plano nacional, mas também no europeu. Contudo, esta última não é a única estratégia para tentar evitar a “pasokização”, sendo que o Partido Trabalhista (PT)

Quando António Costa ganhou a direção do PS, fez, para evitar a “pasokização”, uma viragem exclusivamente tática (...), excluindo qualquer possibilidade de reestruturação da dívida ou de saída da zona euro.

apresenta uma outra alternativa. Quando António Costa ganhou a direção do PS, fez, para evitar a “pasokização”, uma viragem exclusivamente tática ao iniciar negociações com os partidos à sua esquerda: não rompeu com a “terceira via” nem alterou a sua estrutura organizativa, excluindo qualquer possibilidade de reestruturação da dívida ou de saída da zona euro. A atual solução governativa permitiu-lhe respeitar as regras do TO, subjugando os trabalhadores a uma austeridade permanente, e continuar a ser percecionado como sendo de esquerda pela sua base eleitoral. É um equilíbrio que não se manterá indefinidamente, adiando apenas a “pasokização” do PS. Por outro lado, a estratégia da direção trabalhista de Jeremy Corbyn, aliada a ativistas e a organizações de Esquerda, pretende romper com a “terceira via” de Blair e transformar organicamente o partido. Por não ter possíveis parceiros à sua esquerda no quadro parlamentar, a direção de Corbyn viu-se obrigada a reformar estruturalmente o PT, a recuperar o programa trabalhista de pós-1945, com todas as suas limitações reformistas, e a isolar, auxiliada pelo movimento Momentum, a ala “blairista” no aparelho partidário. A adesão de milhares de militantes possibilitou a Corbyn disputar estruturalmente o partido. Se António Costa apenas fez uma viragem tática, Corbyn tenta transformar programática e organizativamente o PT. A primeira estratégia depende da direção e do aparelho, a segunda das bases.

***A morte de uma organização acontece quando os de baixo já não querem e os de cima já não podem.*** – Vladimir Ilitch Lenin

# AGENDA

## DEBATES

Lisboa

“Orientalismo”, de Edward Said, por Joseph Silva

9 de Fevereiro

Sede do Bloco de Esquerda na Rua de S. Bento

Lisboa

Antonio Negri apresentado por João Nuno Paulo e José Soeiro

16 de Fevereiro

Sede do Bloco de Esquerda na Rua da Palma

Lisboa

“A Solução Novo Escudo” de Francisco Louçã e Ferreira do Amaral, por Márcia Pereira

9 de Março

Sede do Bloco de Esquerda na Rua de S. Bento

Lisboa

Daniel Bensaïd apresentado por Carlos Carujo e Samuel Cardoso

3 de Março

Sede do Bloco de Esquerda na Rua da Palma

Lisboa

Lise Vogel apresentado por Catarina Príncipe e Bruno Penha

24 de Março

Sede do Bloco de Esquerda na Rua da Palma

## LITERATURA

Porto

«Sessões de poesia»

Todas as segundas

Pinguim Café

Lisboa

«A VOZ DOS POETAS»

23 de Janeiro: Vitorino Nemésio por Lia Gama e Jorge Silva Melo

13 de Fevereiro: Afonso Duarte por Luís Lucas e Jorge Silva Melo

Biblioteca da Imprensa Nacional (Rua da Escola Politécnica)

## MÚSICA

Caldas da Rainha

«Nadine Khouri»

17 de Fevereiro

Centro Cultural e Congressos Caldas da Rainha

Almada

9 de Fevereiro

«Jazz\’me/Dark Magus/Miles Davis Tribute»

Cine Incrível – Alma Danada

Lisboa

17 de Janeiro

«Lambchop – FLOTUS»

Teatro Maria Matos

## EXPOSIÇÕES

Lisboa

«Correspondências»

Até 17 de Abril de 2017

Casa da Achada – Centro Mário Dionísio

Lisboa

«Vergílio Ferreira: Espaço do (in)visível»

Até 31 Janeiro

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Lisboa

«Cidade Gráfica - Letreiros e reclames de Lisboa no século XX»

Até 18 de Março

Convento da Trindade

Lisboa

«Portugal em Flagrante – Operação 1 e 2»

Até Maio de 2017

Museu Calouste Gulbenkian

# UM CICLO DE UTOPIAS PARA NOS FAZER MOVER

*Crítica por Mariana Gomes*

Em 2017 comemoram-se os 100 anos da Revolução Russa. E não será por coincidência que, em Janeiro e Fevereiro deste ano, o Teatro Municipal Maria Matos lança o Arquipélago Comum, dentro do ciclo Utopias, onde os "projectos utópicos surgidos dos comunismos e anarquismos do início do séc. XX" dominam os diversos espectáculos, workshops, conversas e debates que acontecem neste início de ano. Este terceiro arquipélago, que antecede o Arquipélago dos Afectos e o Arquipélago Verde, ainda não tem programação definida, mas certamente será algo a não perder.

Com os dois primeiros arquipélagos, o da Resiliência, em Setembro/Outubro, e o da Diversidade, em Novembro/Dezembro, tivemos oportunidade de assistir a um conjunto de espectáculos e conversas, com artistas e activistas nacionais e internacionais, que colocaram em cima da mesa os novos movimentos sociais que vieram para ficar, como o Movimento das Mulheres Curdas, e a crise de refugiados. Vi *Germinal*, de Halory Goerger e Antoine Defoort, e *A Hundred Wars to World Peace*, de Christophe Mei-

erhans. Ambos fizeram parte do primeiro arquipélago e em ambos assistimos à construção de um sítio comum e das descobertas, dificuldades e desafios que surgem em colectivo. O primeiro através de três actores e de uma actriz que percorrem o tempo e o espaço para, a partir de um palco vazio, criarem um mundo novo, uma nova sociedade, e o segundo, em que com uma cozinha e um livro de regras, o público tem a possibilidade de fazer o próprio jantar. Neste último, sem ensaios, somos colocados em confronto com os gostos, as preferências e as vontades de todas as pessoas que estão ali connosco. Como nos decidimos organizar e as escolhas que fazemos influenciam a forma como saímos de lá: com fome, saceadxs ou de barriga cheia. Com este ciclo, o Maria Matos coloca-se num sítio impar da programação artística em Lisboa. A abertura a um ciclo como este ou como o *Gender Trouble*, com a curadoria a par com pessoas fora da produção habitual do espaço, é urgente, entusiasma e inquieta. Também será isso que nos move.

---

## ADERE AO BLOCO

*Este formulário é uma pré-adesão ao Bloco de Esquerda. Depois de o preencher, serás contactado/a para formalizar a adesão e o pagamento da quota anual (Valor mínimo: 15 euros).  
(entrega este formulário preenchido numa sede do Bloco)*

Nome: (\*) \_\_\_\_\_

Morada: (\*) \_\_\_\_\_

E-mail: (\*) \_\_\_\_\_

Código Postal: (\*) \_\_\_\_\_

Localidade: (\*) \_\_\_\_\_

Telefone / Telemóvel: (\*) \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: (dd/mm/aaaa) (\*) \_\_\_\_\_

Emprego / Actividade: \_\_\_\_\_

País: (\*) \_\_\_\_\_



Ficha Técnica

Equipa Editorial: Ana Martins, Catarina Alves, Catarina Galego, Daniel Alves da Silva, João Mineiro, Gonçalo Pessa, Ricardo Gouveia, Sara Azul.

Capa: Ricardo Gouveia, Catarina Galego. Fotografias de autoria desconhecida - se for tua, por favor, contacta-nos!

Sede Nacional do Bloco: Rua da Palma, 268, Lisboa. [esquerda.net](http://esquerda.net) [f Jovens do Bloco](https://www.facebook.com/JovensdoBloco)